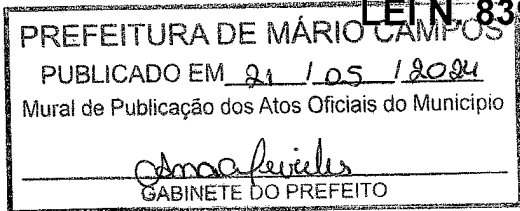




PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N. 839, DE 17 DE MAIO DE 2024.



Dispõe sobre a alteração da formação dos Conselhos Municipais atrelados às Secretarias e Departamentos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Mário Campos.

O Povo do Município de Mário Campos, através de seus representantes legais na Câmara Municipal, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei n. 48, de 31 de dezembro de 1997 passa a constar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho Municipal de Educação será constituído por 13 (treze) membros designados pelo Prefeito através de decreto sendo:

- I. Diretor do Departamento Municipal de Educação;
- II. Um representante de Diretor de Escola da Rede Estadual de Ensino;
- III. Um representante de Diretor de Escola da Rede Municipal de Ensino;
- IV. Um representante dos pais/mães de alunos da Rede Municipal;
- V. Dois representantes de professores da Rede Estadual de Ensino;
- VI. Dois representantes de professores da Rede Municipal de Ensino;
- VII. Um representante da Rede Particular de Ensino;
- VIII. Um representante dos funcionários da Rede Municipal;
- IX. Um representante dos funcionários da Rede Estadual;
- X. Um representante do Colegiado;
- XI. Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB;
- XII. Um representante das Entidades Estudantis do Município;
- XIII. Um representante da Caixa Escolar da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º O Art. 4º, da Lei n. 14, de 27 de junho de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 4º O CODEMA será composto, de forma paritária, por representantes do poder público e, da sociedade civil, a saber:

- I. um presidente, que é o titular do órgão executivo municipal de meio ambiente;
- II. Um representante de cada órgão do executivo municipal abaixo mencionado:
 - a. Órgão municipal de Controle Urbano;
 - b. Órgão municipal de Desenvolvimento Social;
- III. dois representantes de setores econômicos da cidade, tais como empresários, comerciantes, etc.;
- IV. dois representantes de entidades civis.

Art. 3º O art. da Lei n. 397, de 15 de dezembro de 2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º. O Conselho Municipal de Esportes será composto, de forma paritária, por 10 (dez) Conselheiros, representantes do poder público e da sociedade civil organizada, mediante designação do Chefe do Executivo Municipal, a saber:

- I. um representante do Executivo Municipal, indicado pelo Prefeito Municipal;
- II. um representante do Departamento de Cultura, Turismo e Eventos ou órgão equivalente;
- III. um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV. um representante da Secretaria Municipal de Educação;
- V. um representante do Departamento de Esportes ou órgão equivalente;
- VI. um representante indicado por entidades representativas da juventude;
- VII. um representante das escolas estaduais;
- VIII. Um representante do conselho tutelar;
- IX. Um representante dos clubes esportivos registrados em Mário Campos;

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁRIO CAMPOS

ESTADO DE MINAS GERAIS

X. um representante da Liga Desportiva Municipal de Mário Campos.

Art. 4º Art. 6º da Lei n. 326, de 16 de outubro de 2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Integram o CMDRS:

- I. instituições do poder público vinculado ao desenvolvimento rural sustentável;
- II. entidades representativas dos agricultores familiares, de outros empreendedores rurais familiares e de trabalhadores assalariados rurais, tanto do setor agropecuário quanto dos setores de serviços e industrial.

Art. 5º O art. 3º da Lei n. 20, de 16 de setembro de 1997 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal de Habitação terá a seguinte composição:

- I. Prefeito Municipal
- II. Assessor de planejamento e Coordenação Política.
- III. Diretor de Departamento de Obras e Meio Ambiente.
- IV. Diretor de Departamento de Administração e Fazenda.
- VI. Um representante da Associação Comercial de Mário Campos.
- VII. 3 (três) representantes da sociedade civil, garantida a participação de, pelo menos 1 (um) representante de Associação de Bairro, legalmente constituída.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mário Campos, Estado de Minas Gerais, em dezessete de maio de dois mil e vinte e quatro (17/5/2024).


Anderson Ferreira Alves
Prefeito Municipal

